

TÍTULO: RACISMO EM SALA DE AULA: MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS.

Janete Heppner Cidre¹
Mário de Souza Martins²

RESUMO

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tem causado muita polêmica e gerado poucas mudanças reais. A resistência à implementação de um sistema de cotas, e as constantes dificuldades levantadas pelos professores em todos os níveis de ensino para a efetiva aplicação da Lei 10.639, que em alguns casos revela preconceito racial, no caso do Estado do Paraná, tem suas origens muito mais profundas, enraizada na construção de um imaginário social e na invenção de tradições que excluíram o elemento negro da construção da identidade cultural do Estado. O presente artigo discute esta questão, buscando suscitar reflexões, sem a pretensão de apontar soluções, nem esgotar o tema.

PALAVRAS CHAVE: educação, imaginário, tradição, preconceito racial.

ABSTRACT

The Law 10.639 of January 9, 2003 that became obliged the teaching about the History and Afro-Brazilian Culture at the elementary and high school, official and private schools, has caused a lot of polemic and produced little real change. The resistance to the implementation of cotes system and the constant uprising difficulties by the teachers in all teaching levels to the effective application of the Law 10.639,

¹Professorada rede pública estadual participante do Programa de Desenvolvimento Educacional- PDE – da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná.

²Doutor ,Professor da Universidade Estadual do Centro – Oeste – UNICENTRO, orientador.

that in some cases it reveals the racial prejudice. In case of the State of Parana, has got its origins much strongly, rooted in the social imaginary construction and the creation of tradition that exclude the construction black element of cultural identity of the State. The present article debates this inquiry, looking for raising reflections, without the pretension to point solutions, neither exhausting the subject.

Keyword: Education, Imaginary, Tradition, Racial Prejudice.

Introdução

(...) a sociedade ideal não está fora da sociedade real, é parte dela(...) porque uma sociedade não está simplesmente constituída pela massa de indivíduos que a compõem, pelo solo que ocupam, pelas coisas que utilizam, pelos movimentos que efetuam, mas, antes de tudo, pela idéia que ela faz de si mesma (DURKEIM apud QUINTANEIRO,2000, P. 19)

A obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, a busca de sua efetiva aplicação e seus desdobramentos pedagógicos tem revelado um dado preocupante: a resistência por parte dos educadores em mudar sua prática pedagógica e incluir os conteúdos referentes a matriz africana, e principalmente tentar edificar uma educação anti-racista. Quando a obrigatoriedade da Lei, exigiu o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, uma das primeiras objeções que se fez por parte dos educadores é de que estes conteúdos já eram trabalhados e de que se mais não se ensinava é porque nos faltavam subsídios, literatura e formação para tal. A busca para suprir essa demanda promoveu o surgimento de livros, publicações, artigos e cursos de história e cultura Afro-brasileira. O reconhecimento da importância da Lei para a conscientização das diferenças e do preconceito evidentes no Brasil motivou simpósios, semanas acadêmicas e discussões em salas de aulas das universidades.

Porém, experiência de sala de aula e convívio com os colegas educadores da mesma área e de outras afins, mostra que na prática nada, ou quase nada mudou. Além de apresentações pontuais e esporádicas sobre aspectos da cultura

afro-brasileira, quase sempre em datas comemorativas, como por exemplo o Dia da Consciência Negra, ou em eventos como as Semanas Culturais promovidas pelas escolas do Ensino Fundamental e Médio, na essência nada mudou.

Quando se quer buscar uma abordagem anti-racista da educação, precisa-se partir da perspectiva de que professores(as) e estudantes devem se reconhecer no processo de aprendizagem e dialogar sua prática escolar com os mais diversos campos de sua vida. A educação, como qualquer outra atividade humana não é um processo neutro. O educador precisa entender-se como membro de uma sociedade envolvida num processo histórico.

E para isto, a primeira dificuldade é se reconhecer e admitir que existe racismo na sociedade brasileira. É necessário repensar o universo simbólico da civilização africana que durante séculos foi negado à população brasileira. É preciso reconhecer que o processo histórico levou a “invisibilidade” da existência das crianças, dos adolescentes e dos jovens negros na escola. E ainda, observar qual tem sido o papel da escola em identificar como essas crianças, adolescentes e jovens negros reagem à discriminação por sua condição de negros. Pensar, portanto, uma educação anti-racista precisa levar-nos a refletir sobre o conhecimento quase nulo que temos sobre a história da África e diferenciar as idéias sobre teorias pseudo-científicas ao abordar a história africana e afro-brasileira.

E, principalmente, para que uma verdadeira educação anti-racista aconteça, é preciso que reconheçamos que fazemos parte de uma estrutura ideológica, profundamente arraigada no nosso imaginário coletivo, que por diversos interesses econômicos e de dominação social, procura legitimar e justificar a existência da desigualdade racial, a tal ponto que a internalizamos como natural. E para se quebrar um paradigma tão forte não é fácil. Assim como na sociedade em geral, também na escola nega-se a existência do racismo. E, num raciocínio lógico simples, se ele não existe, não precisa ser combatido, portanto nada precisar mudar, seja nas práticas pedagógicas, seja nas grades curriculares, seja nos Planos Político Pedagógicos das escolas.

E o despreparo dos educadores e a falta de subsídios, que muitas vezes surgem como desculpas para uma grande resistência em discutir a temática ou mesmo até em admitir a sua importância, reflete-se nas relações entre os educandos e educadores comprometendo o processo educativo como um todo, trazem prejuízos ao trabalho pedagógico.

Torna-se então fundamental a desconstrução de discursos e conceitos firmemente arraigados em nosso meio, especificamente na sociedade paranaense, onde foram historicamente construídos. Diante desta problemática séria e urgente, é preciso que em cada escola se realizem cada vez mais discussões pedagógicas e busca de práticas que quebrem está resistência, muitas vezes inconsciente dos educadores quanto a questão racial na escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana colocam que o negro como todos os outros cidadãos brasileiros, tem o direito de cursar cada um dos níveis de ensino em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos, o que significa profissionais que possam lidar com as diversas situações decorrentes das desigualdades raciais, racismo, discriminação, de forma a conduzir a reeducação das relações entre os diferentes grupos étnicos raciais. Porém para que isto aconteça é fundamental que se reconheça a questão da resistência dos educadores às mudanças, para que, no coletivo da escola, dentro das especificidades de cada modalidade de ensino, se possa estabelecer estratégias de combate á essa resistência.

E foi na busca de uma atuação pedagógica e social que venha a superar a questão do preconceito racial nas vias da educação, dentro da realidade específica do Município de Irati e dentro das especificidades da Região Sul e do Estado do Paraná que percebe-se a necessidade de se investigar e indagar como se estabelece a dinâmica que perpetua a discriminação racial dentro das salas de aula.

É olhando para as práticas pedagógicas e processos educativos presentes nas relações e práticas da escola e dos saberes desenvolvidos pelos professores, do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas do Estado do Paraná, especificamente do Município de Irati, no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, Ceebja de Irati, que se poderá descobrir onde mais transparece o racismo: se nas relações entre os alunos, entre docentes e alunos e comunidade escolar ou nos conteúdos e materiais didáticos, como livros e apostilas.

Os grupos de discussão sobre a temática da Lei 10.639/2003 que passa a incluir o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, que acontecem nos momentos de reuniões pedagógicas como as Semanas Pedagógicas, instituídas no início de cada período letivo, demonstram nos discursos proferidos nos espaços de

discussão a resistência em reconhecer ou a ver o racismo latente em nossa sociedade e na formação do ambiente escolar.

A partir desses momentos e das discussões suscitadas pela leitura e estudo da Lei 10.639/2003 e suas implicações práticas, torna-se claro que os docentes não estão preparados para aceitar as diferenças, sejam elas raciais, de gênero ou sexualidade. Existe um problema muito sério que é a questão teórico-metodológica. A formação acadêmica dos docentes não os tem preparado para trabalhar as questões de gênero, raça, etnia e sexualidade.

Para se trabalhar de forma não essencialista, enfocando apenas o absolutamente necessário, o indispensável e exigido pelos conteúdos curriculares em relação às questões raciais e às diferenças, o docente necessita, além de se despir de preconceitos (o que nunca é simples ou fácil) principalmente estudar, buscar ampliação de conhecimentos e horizontes. Observa-se que a resistência dos docentes não é gerada pela falta de compromisso, desinteresse ou descaso, mas pela falta de preparo, tempo e meios para buscar novos conhecimentos sobre o vasto conteúdo da História e Cultura Afro-Brasileira.

A observação da prática escolar cotidiana mostra-nos que os docentes não estando preparados para falar sobre assuntos ligados a raça, etnia, gênero ou discriminação de qualquer tipo, preferem mascará-los ou ignorar sua existência na escola, nos conteúdos e materiais didáticos, nas práticas e estratégias pedagógicas e, naturalmente na comunidade em que se encontram inseridos.

Como demonstram vários estudos sociológicos, a resistência às mudanças é um fato social. O sentimento de pertença a uma conjuntura, a uma estrutura social e cultural corresponde de certa forma a nossa identidade, e por isso resistimos ao que possa alterar, mudar, mexer com o que consideramos familiar, já apreendido e assimilado. Porém, no caso específico dos docentes paranaenses existe todo um aparato ideológico, inserido num contexto histórico, que torna maior a resistência à aplicação da Lei 10.639/2003 neste Estado.

Raízes do preconceito

Segundo a pesquisadora Azoilda Trindade há um consenso que o Brasil é um país multicultural e pluriétnico.³ O Estado do Paraná possui na sua formação 28 etnias, sendo um dos Estados com a maior diversidade étnica do Brasil. São alemães, poloneses, árabes, espanhóis, holandeses, índios, italianos, japoneses, negros, portugueses e ucranianos os povos que ajudaram a construir e constituir o Paraná de hoje. A colonização maciça só começou depois da proibição do tráfico de escravos, o que aumentou a procura de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas de café, principalmente no Norte do Estado.

A população do Paraná tradicional, isto é, do Paraná da mineração, da pecuária, das indústrias extrativas do mate e da madeira e da lavoura de subsistência era heterogênea e nela estavam os mesmos elementos que compunham a população das outras regiões brasileiras: o índio, o europeu, o negro e seus mestiços. Portanto, uma sociedade também marcada pela escravidão e na qual foi significativa a participação econômica e social dos escravos negros. Na primeira metade do século XIX o número relativo de representantes da raça negra chegou a 40% do total da população da Província.

Foi a partir de 1853 quando o Paraná deixou de ser província de São Paulo, que o governo local iniciou uma campanha para atrair novos imigrantes. Entre 1853 e 1886 o Estado recebeu cerca de 20 mil imigrantes.⁴ Cada um dos povos que colonizaram o Paraná formaram colônias nas regiões do Estado. E todos estes povos trouxeram na bagagem sua cultura, costumes e tradições. E essa bagagem se mesclou a cultura, costumes e tradições dos povos que já estavam aqui. Cada etnia, adotando alguma característica das outras etnias imigrantes ou das etnias locais. E como sinaliza o professor Sérgio Odilon Nadalin: “ *Esse “adotar de uma cultura” não podia deixar de abranger a realidade imposta pela escravidão. O tripé latifúndio-patriarcalismo-escravismo deixou traços igualmente profundos na sociedade paranaense; no entanto, algumas tradições historiográficas tem como referência uma sociedade “loura” no Paraná, constituindo um “Brasil diferente”, e isso marcou posição numa parcela da intelectualidade paranaense.*” Porém, os dados mostram que o Paraná é o estado com mais negros na Região Sul, conforme o Mapa da

³TRINDADE, A. S.R. 1999.

⁴www3.pr.gov.br/e-parana/pg_etnias.php - 17k . Acesso em : 20/08/2008.

Distribuição Espacial da População Negra, documento elaborado pelo IBGE a pedido da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – órgão ligado à Presidência da República.

Conforme o levantamento, 21% dos paranaenses (um total de 2.017.481 pessoas) se consideram negros – a cor era definida pelo próprio entrevistado no censo. Em Santa Catarina o índice fica em 9,6% e no Rio Grande Do Sul em 11,2%. Como negro, o IBGE considera pardos (18,2% dos paranaenses) e pretos (2,8% dos paranaenses). Dentro deste contexto está o Município de Irati que foi povoado por imigrantes holandeses e alemães, em menor número, e por poloneses e ucranianos em maior número.

A parcela muito pequena de população negra ou parda dentro do Município⁵ veio a reforçar a identidade do Paraná constituída na Primeira República, que foi baseada na crença da superioridade das raças, num determinismo geográfico que coloca o clima frio como determinante para a civilização e na imigração europeia como cerne desta identidade.

Tabela 136 - População residente por cor ou raça			
Município = Irati - PR			
Variável = População residente (Pessoas)			
Cor ou raça	Ano		
	1980	1991	2000
Total	42.228	47.959	52.352
Branca	34.605	42.431	47.271
Preta	171	230	652
Amarela	12	39	31
Parda	7.412	5.256	4.124
Indígena	-	-	10
Sem declaração	28	3	264

Criou-se aí um imaginário para o povo do Paraná (e do Município de Irati) como sendo o Estado mais “europeu” do Brasil, um Brasil diferente, um Estado de todas as etnias, sendo o negro a etnia de menor papel, quase insignificante. Um Estado onde veiculou-se e construiu-se valores e representações que reforçam no imaginário social, a idéia de uma sociedade “modelo”, “harmoniosa racialmente”, porém sem a presença de negros. Essas características foram salientadas por

⁵ Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

historiadores regionalistas como, Martins (1989) e Wachovicz (2000) que mostram um Paraná que teria uma civilização original, com pedaços de todas as outras nações européias. Africanas, não!

Dessa forma, o Paraná, apesar de detentor da maior quantidade e percentual de negros da Região Sul, 2,4 milhões de negros que representam 24,5% do contingente populacional do Estado, a população negra sofre, historicamente um processo de invisibilização da sua existência por parte dos meios de comunicação e estratégias do poder público, com reflexo direto na educação escolar (GARCIA DE SOUZA), 2003). Conforme o IBGE (2005), PNUD e outros órgãos, assim como na vertente nacional, os negros no Paraná estão numa situação de desvantagem social, na educação, no mercado de trabalho, na saúde, moradia, etc.⁶ Nesta estrutura sócio-cultural peculiar, onde o Estado do Paraná tem uma participação da população autodeclarada branca de 77,2% , a resistência à aplicação da Lei 10.639/2003 é quase “natural” e “lógica”.

Proporção da população residente por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação - Brasil - Região Sul - 2000

Brasil, Região Sul e Unidades da Federação	Proporção da população residente por cor ou raça (%)						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
BRASIL	100,0	53,7	6,2	0,4	38,5	0,4	0,7
SUL	100,0	83,4	3,7	0,4	11,5	0,3	0,6
Paraná	100,0	77,2	2,8	0,9	18,3	0,3	0,4
Santa Catarina	100,0	89,3	2,7	0,1	7,0	0,3	0,6
Rio Grande do Sul	100,0	86,6	5,2	0,1	7,5	0,4	0,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Os educadores, colegas professores de História e Geografia, argumentam que os conteúdos tradicionalmente trabalhados nas escolas sobre a África e sobre os afrodescendentes e sua participação na construção da história e cultura brasileira, são mais que suficientes para atender as exigências da Lei, principalmente no caso específico do nosso Estado e município, onde “quase não há negros”.

Os livros didáticos, a formação acadêmica, as políticas educacionais para o Estado não valorizam a história e a cultura da África. É quase como se os negros não fizessem parte da história paranaense. As pesquisas e trabalhos acadêmicos que

⁶ No Paraná, em relação aos brancos com quinze anos ou mais, os pretos os pretos estão com 2,1 anos a menos de estudo e os pardos com 1,7 anos a menos; o rendimento mensal de um negro no estado é de 3,9 sm para os brancos e 2,1 sm para os negros.

buscam nossa raiz negra não chegam aos bancos escolares da educação básica. Autores, como Otávio Ianni (1988), que caracterizava a escravidão negra em Curitiba destacando as formas concretas de trabalho e opressão vivenciadas pela população negra e sua importância na economia da cidade, não são transcritos para os livros didáticos.

A participação dos escravos na composição demográfica do Paraná colonial geralmente é desprezada quando se busca entender a estrutura econômica e social da região. Nossa sociedade, apesar do percentual baixo de cativos, nunca superando um quarto da população total, foi uma sociedade escravista.⁷ (GUTIERREZ, 2001). Diversos trabalhos de pesquisa histórica mostram que a introdução do escravo no Paraná provocou grandes modificações na produção, acumulação, disponibilidade de crédito, domínio da terra, criação de gado, segmentação social e acesso ao poder. O professor Horácio Gutierrez, analisando em seus trabalhos os dados apresentados em censos como o *Inventário de Bens Rústicos*, um Cadastro de Terras, de 1818, concluiu que “*as hierarquias mostradas, quanto à distribuição da terra e dos escravos, revelam uma sociedade altamente estratificada, no centro da qual, recortando as classes e conferindo dinâmica à economia, estava o escravo*” .

Tudo isto não aparece no material pedagógico, nos livros didáticos, nos livros de História do Paraná usados nas escolas de Educação Básica e Ensino Médio, e a julgar pela resistência dos docentes em admitir a presença e influência do povo negro em nosso Estado, nem na graduação, nos cursos acadêmicos. A consequência disto é que a invisibilização do elemento negro na formação da população paranaense, torna-se fácil. Consolida-se a cultura de que no Paraná não houve escravidão negra, de que nossa população não tem negros e que a construção do nosso Estado só começou com a vinda dos imigrantes europeus. Para que se possa mudar este quadro é imprescindível entender a lógica da construção do imaginário paranaense como o Estado mais “europeu” do Brasil, um “Brasil diferente”. Criou-se para o Estado do Paraná uma memória que só valorizou a contribuição do imigrante europeu na construção do Estado e na formação do seu povo.

⁷ GUTIERREZ, 2001

MEMÓRIA E TRADIÇÃO – CONSTRUÇÕES NECESSÁRIAS

O que aconteceu no Paraná é um processo de invenção de tradições, que, segundo Hobsbawn (1994) , ainda que se faça “ referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial” (p. 10) e “estabelecem ou legitimam instituições, status ou relação de autoridade” (p. 17). Como demonstram os estudos antropológicos e sociológicos, a invenção de uma tradição se dá em função de uma necessidade sentida por um grupo social em relação à sua própria sobrevivência.

O Paraná que, que foi desmembrado da Província de São Paulo em 1853, numa situação economicamente periférica e geograficamente intermediária, precisa buscar a sua identidade. Observa-se que é nesse processo de construção de uma identidade cultural para o Paraná que busca-se romper com o passado histórico, porque a emancipação do estado se deu num contexto em que o Brasil estava se reorganizando a fim de se inserir qualitativamente no capitalismo industrial. Sobre isso, afirma Clóvis Moura:

“ Elegeu-se o modelo branco como sendo o do trabalhador ideal e apela-se para uma política migratória sistemática e subvencionada, alegando-se a necessidade de se dinamizar a nossa economia através da importação de um trabalhador superior do ponto de vista racial e cultural e capaz de suprir, com sua mão-de-obra as necessidades da sociedade brasileira em expansão” .⁸

Isto ocorreu já antes da abolição da escravatura e continuou no momento que se seguiu à abolição. Neste momento histórico, final do século XIX, surge também o racismo científico, através das teorias deterministas que buscavam fundamentar a inferioridade da raça negra e justificar o discurso adotado pelos cientistas sociais brasileiros, como Nina Rodrigues, e que constituiu a “ideologia do branqueamento”.

Neste sentido, afirma Octávio Ianni:

⁸ MOURA, 1988.

*“Valorizava-se o imigrante. Aproveitou-se a imigração para provocar a redefinição social e cultural do trabalho braçal, de modo a transformá-lo em atividade honrosa, livre do estigma da escravatura. (...) As modificações das condições de produção - isto é, forças produtivas e relações de produção – ocorrem simultaneamente com a modificação das idéias, princípios ou categorias”.*⁹

E foi neste contexto histórico que nasce o Estado do Paraná e é nele que começa a busca de uma identidade cultural, um sentimento identitário. Porém, para que se possa entender o processo de “invenção de tradições, não podemos nos esquecer que ele passa por duas categorias fundamentais: o imaginário e a memória. Para o novo estado é preciso criar-se um novo imaginário social. Não é tarefa fácil definir o que seja o *imaginário social*, entretanto, de maneira geral, autores como HALBWACHS, Trindade & LAPLANTINE, referem-se a uma instância por onde circulam os mitos, as crenças, os símbolos, as ideologias e todas as idéias e concepções que se relacionam ao modo de viver de um grupo social.

BACZKO assinala que é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e ainda organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social expressa-se por ideologias e utopias, e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Tais elementos plasmam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos e descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.¹⁰

Como indica Baczko: “ *A imaginação social, além de fator regulador e estabilizador, também é a faculdade que permite que os modos de sociabilidade existentes não sejam considerados definitivos e como os únicos possíveis, e que possam ser concebidos outros modelos e outras fórmulas*”.¹¹

Desse modo, iniciasse no Paraná o processo de invenção de tradições, buscando-se sempre afinar-se com as aspirações nacionais de modernidade e progresso, procurando projetar uma imagem de estado “diferente”, branco, não escravocrata, mais civilizado, mais culto. E, como o que se considerava modelo de tudo isso era a Europa, o povo europeu, de origem não portuguesa, porque o

⁹IANNI, 1992.

¹⁰BACZKO, 1985.

¹¹BACZKO, 1984.

português estava demais atrelado ao passado colonial, nada mais natural do que tentar tornar-se o “ estado mais europeu do Brasil”.

Para isso era necessário “inventar” as tradições que comporiam o imaginário do povo paranaense. Como define Hobsbawm, “ *Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tentar-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado*”.¹²

Neste sentido, Luis Fernando PEREIRA (1996) assinala que para entender o fenômeno da europeização do Estado do Paraná, que contribuiu para explicar a construção da identidade paranaense, firmado na “idéia de nação” e na criação de um “mito de sociedade”, é importante compreender como esta “identidade” contará “também com certas características específicas em termos de imaginário”, ou seja, há um positivismo exacerbado defendido pelos republicanos paranaenses, assim como pelos literatos do Estado, o que cria uma “crença em uma sociedade superior” entre seus habitantes, fortalecida pela educação nas escolas.¹³

Para inventar o “paranaense do futuro” era preciso criar tradições, instituindo uma identidade que fosse paranaense.¹⁴ Neste trabalho de tentar consubstanciar esta identidade européia para o Paraná, os literatos e alguns historiadores da História do Paraná foram fundamentais. A historiografia paranaense revela uma estreita ligação com o processo de construção identitária regional. Os pensadores paranistas irão demarcar seleções historiográficas como forma de se definirem critérios para uma dada caracterização identitária.

O episódio do Cerco da Lapa corresponde a uma dessas seleções que permeiam a produção historiográfica local, regional.¹⁵ Apenas para citar um exemplo, temos o historiador David Carneiro, um intelectual paranista pertencente a elite do mate, que sustentou variados argumentos para reiterar a identidade político-cultural paranaense no contexto nacional gerado desde a proclamação da república . Este autor encontrou fundamental argumentação identitária no “Memorável Cerco da Lapa”.A histórica cidade da Lapa teve participação decisiva para a consolidação da

¹² HOBSBAWM, RANGER, 2002,

¹³ PEREIRA, 1996.

¹⁴ PEREIRA, Idem.

¹⁵ CORDOVA, 2007.

república no Brasil. Durante o cerco, os lapianos comandados, heroicamente pelo general Antônio Ernesto Gomes Carneiro, impuseram resistência durante 26 dias aos federalistas vindos do Rio Grande do Sul com destino ao Rio de Janeiro- então capital do Brasil. O movimento objetivava derrubar Marechal Floriano Peixoto e acabar com a república, mas a resistência da Lapa fez com que os federalistas se enfraquecessem e culminou com a ruína do movimento.

A invenção das tradições no Paraná passou pelo processo histórico que elegeu símbolos e signos para o imaginário social paranaense, definindo particularidades identitárias como forma de assegurar, ideologicamente o poder político regional e a imagem que se pretendia para o Estado do Paraná. E para que o ideário do Estado como “Um Estado Mais Europeu”, “ Um Brasil Diferente” fosse consolidado no imaginário coletivo as tradições deveriam passar para a memória coletiva, porque esta tem uma importante função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. A memória garante o sentimento de intensidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas sobretudo no campo simbólico.¹⁶

A memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado. Porém, como pensavam os antigos gregos “ *a memória e a imaginação tem a mesma origem: lembrar e inventar tem ligações profundas*”. E no caso da construção do imaginário paranaense, isto se aplica perfeitamente. Decidir sobre o que deve ser lembrado e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. No Paraná, o que deveria ser lembrado era o imigrante, a história da sua vinda e fixação no estado. O que deveria ser esquecido era o negro, a história da escravidão e a sua participação na constituição do povo paranaense. Esta teoria se confirma no discurso da intelectualidade, projeto político-governamental, concepção e configuração arquitetônica da capital do Paraná, Curitiba, e de outras cidades importantes do Estado, na referência artística e cultural que busca construir e reforçar sempre a identidade paranaense vinculada a uma “*maneira européia de ser*”, e ignorando e excluindo a presença africana e afro-descendente.

¹⁶KESSEL, 2008,

Wilson Martins sustentava em capítulo do seu livro “ *Não houve escravatura no Paraná*”, que (...) ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras (...) “¹⁷

O Paranismo

Dentro do contexto de criação de uma identidade para o Estado do Paraná, surge um movimento que reúne intelectuais curitibanos que aliados a um grupo de simbolistas, começa a pensar num discurso histórico e um processo de formulação de uma imagem para o Estado. Este movimento intelectual e político, definido nominalmente em 1927 como **Movimento Paranista** ou **Paranismo**, começou a ser pensado com a emancipação política, ocorrida em 1853 e teve Romário Martins – jornalista, historiador, literato e estadista – como seu maior idealizador. Foi ele que, em 1927 organizou o Centro Paranista.

Os intelectuais do Movimento Paranista , em dado momento, se unem ao Movimento Simbolista para criar uma iconologia para o Estado do Paraná. Considerando que o estado não possuía traços próprios regionais específicos, buscam inventar uma tradição que se coadunasse com os ideais republicanos de aspirações modernizantes, pretendendo obliterar o passado colonial e monarquista. Uma das estratégias usadas para isso foi recorrer às artes plásticas. O Simbolismo então entra em cena. Porém, o Movimento Simbolista no Paraná teve também uma atuação singular e original. Segundo Marcio Oliveira :

(...) *O Simbolismo, embora tendo representantes em vários estados, foi especialmente vigoroso no Paraná e, por conseguinte, é descrito como um simbolismo particular. A primeira particularidade (estendida ao próprio estado) liga-se ao clima da cidade de Curitiba, considerado frio e europeu, e ao relevo ondulado de suas montanhas, o que aproximaria os escritores locais do “clima” da matriz simbolista parisiense.* (OLIVEIRA,2007). Também BASTIDE (1980), afirma que a particularidade do Simbolismo no Paraná, bem como no Sul, é extremamente relacionada ao clima bem específico e diferenciado dos outros Estados Brasileiros:

¹⁷MARTINS, 1989,

“ O Simbolismo do Paraná é também a primeira manifestação de um “ Brasil diferente” contra o Brasil tropical, uma tomada de consciência literária do que o Paraná apresenta de específico, mas também de autenticamente brasileiro, contra os que querem modelar todos os brasileiros segundo um mesmo padrão: clima temperado contra sol tórrido, bruma esbranquiçada e geada, minvano gelado do Sul, contra os alísios, os pomares, as flores e florestas virgens. (BASTIDE, 1980, P. 212)

Os paranistas desejavam construir uma história regional que mostrasse o Paraná como um local que possuía uma tradição e uma história. A análise do seu trabalho mostra que eles realmente tinham a intenção de inventar uma tradição para um Estado sem características marcantes. Segundo Pereira:

O passado construído pelos paranistas, como não podia deixar de ser, privilegiava a história política encontrada nos documentos oficiais, tentando impor tal visão ao presente que seria, necessariamente fruto de uma continuidade com este passado glorioso e, criando esteriótipos e fabricando heróis, com grandes personagens históricos, legam um exemplo à população. (PEREIRA), 1998, P. 93)

A busca em si de uma identidade particular para a nova unidade da federação, para o novo estado que procurava se afirmar política e economicamente não tem nada de errado ou recriminável. A tragédia está nas escolhas que foram feitas, na opção de tentar apagar a identidade negra do povo, tentando excluir toda uma parcela da população desta construção. Como se queria atingir uma população que não fazia parte da elite letrada, apenas o discurso não bastava. Era preciso usar (...) *sinais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos*.¹⁸ Assim sendo, o principal recurso do Movimento Paranista para atingir o “imaginário popular” foi utilizar-se das artes plásticas. E para serem representadas nestas artes plásticas foram escolhidos símbolos que pertencessem ao cotidiano do povo paranaense.

Ao dizer que o pinhão é o símbolo dos paranaenses está se criando o povo paranaense em torno de alguma coisa que o identifica. Como definem os conceitos

¹⁸ CARVALHO, 2005.

de patrimônio cultural e histórico, os objetos tombados servem de ícones da identidade e agregação de um povo. Segundo Marcello Polinari.

*“ A palavra monumento significa literalmente memorável. Assim, algo oficialmente monumentalizado serve para tornar algo coletivamente memorável e fazer com que o povo se identifique com esta coisa tombada como um objeto que lhe pertence. (...) Monumentalizar, patrimonializar é criar objetos coletivamente memoráveis, que sirvam pedagogicamente para guiar o povo e agreguem uma população ao redor de alguns objetos, costumes, tradições, interações, entendimentos, de modo a ser um ato fundador, ato funcional, que cria o povo de um determinado governo e território.”*¹⁹

Foi o que o Paranismo fez: criou símbolos, costumes, tradições, heróis, mitos. Realizou tudo isso através das artes plásticas, da literatura, da historiografia. Transformou em patrimônio e monumento objetos, e como *os objetos patrimonializados e monumentalizados valorizam sempre algumas características estéticas, ambientais, históricas de um povo e ao fazerem isso omitem e até escondem outros indesejáveis.* ²⁰ Aqui também ocorreram escolhas que privilegiaram e enalteciam o elemento branco, caracterizado no imigrante europeu, em detrimento do elemento negro, afro-descendente, que deveria ser “esquecido”, apagado da nossa história, se possível, porque simbolizava o “atraso” de toda uma época e de um sistema econômico ultrapassado.

Os símbolos escolhidos para a identificação emblemática do Paraná giravam em torno as imagens do pinheiro, da pinha, e do pinhão. O pinheiro esteve presente na maior parte da produção artística dos artistas que viviam no Paraná desde a década de 20 ou 30, quando o Paranismo teve a sua ascensão, continuou presente nas obras de artistas que surgiram posteriormente ao movimento e continua marcando presença em obras de alguns artistas que atualmente vivem no Estado. Segundo Pereira, *a representação pictórica do pinheiro e de seus frutos foi tão forte que ultrapassou as telas dos quadros e ganhou as ruas curitibanas e paranaenses, aparecendo na estilização simbólica das calçadas, iluminárias públicas, pilares, etc.*

¹⁹ POLINARI, 2007.

²⁰ POLINARI, 2007.

Nas artes plásticas, as telas mais belas pintadas no período paranista retratam geralmente, apenas paisagens, onde o pinheiro é o personagem principal. Nas telas onde aparece o elemento humano, o negro não é retratado. Nas obras de Alfredo Andersen, por exemplo, quando pessoas são retratadas, estas são brancas, personificando o imigrante em cenas rurais, como no quadro Queimada (sem data) ou Sapeco da erva – mate (sem data).

Andersen, artista criativo, executou projeto para o brasão do Estado do Paraná, desenho que se encontra anexado a Lei nº 904 de 21 de março de 1910. O brasão foi modificado várias vezes, porém a figura do ceifador, idealizado pelo pintor, continuou presente até a última alteração, em 1990.



Aqui no Paraná, os trabalhadores escravos conviveram com trabalhadores livres. Desde os primeiros tempos, junto com os bandeirantes brancos, vinham os negros escravos. Transportavam pesadas cargas, alimentos, ferramentas, armas, utensílios e tudo mais. Com o passar do tempo, passaram a ser empregados no trabalho das minas, criação de gado, exploração do mate, lavouras de subsistência, exploração de madeira ou nos serviços urbanos. Porém, o elemento escolhido para representar o povo paranaense, no Brasão das Armas do Estado, foi o imigrante, branco, europeu. Uma exceção são alguns quadros de Guido Viaro, que era avesso à arte engajada, a serviço de partidos ou ideologias. Em seu quadro “Lavadeiras”, de 1944, aparece o elemento negro.

Como já foi observado antes, Romário Martins, foi uma das figuras basilares dentro do Movimento Paranista. Fanaticamente defensor do Paraná, historiador

apaixonado, angustia-se com o fato de que a história do Paraná escrita até então confundia-se com a história do Província de São Paulo e que os possíveis heróis locais não alcançavam a estatura dos paulistas e dos nacionais. Adepto da eugenia e do branqueamento, Romário Martins acreditava que com a mistura de raças, a cor negra, apesar de racialmente inferior seria diluída pelo sangue branco.

A obra de Romário Martins que melhor exprime o sentido de Paranismo é *Terra e Gente do Paraná*, publicado em 1944. Estruturado como um dicionário histórico e biográfico paranaense, esse estudo apresenta um variado rol de personagens históricos, obedecendo a uma cronologia iniciada com os pioneiros e desbravadores do território, seguindo até o início da década de 40.

Desde o final do século XIX, o discurso da intelectualidade, o projeto político governamental, a concepção e configuração arquitetônica da capital do Paraná, Curitiba, e de outras cidades importantes do estado, a referência artística e cultural busca construir e reforçar sempre a identidade paranaense vinculada a uma “*maneira européia de ser*”, ignorando e excluindo a presença africana e afrodescendente. O já citado Romário Martins, Ruy Wachowicz e Wilson Martins, atribuíram ao Paraná uma característica singular e positiva menos que pela forte presença de imigrantes europeus na sua formação, mas principalmente em função da **não presença** do elemento negro. Outro intelectual, Ruy Wachowicz, empregará a denominação “*Um Brasil mais Europeu*” ao considerar o Paraná como o maior “*laboratório étnico*” do Brasil, o que deu a este estado uma característica toda especial”²¹.

Wilson Martins escreve: “*Assim é o Paraná. Território que do ponto de vista sociológico acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira.*”²²

O Paranismo foi um processo persistente que procurou elaborar uma visão simbólica diferenciada da nova província em relação às outras regiões do Brasil e que se define por sua interpretação das formas modernas em arte. O movimento paranista não apenas teria produzido uma identidade histórico-social para o estado, mas o teria dotado de um sentido de comunidade-terra, clima, povo e trajetória, um

²¹ WACHOWICZ, 1988.

²² MARTINS, 1989.

sentimento de pertença, que seria então representado plástica e literariamente, inclusive com quadros, emblemas, brasões, etc.²³

Um exemplo emblemático da trajetória dessa busca de identidade que levou a consolidação do papel do imigrante na história social local é, sem dúvida, a comemoração do centenário da emancipação do estado, em 1953, e o livro *Um Brasil Diferente*, de Wilson Martins. A publicação deste livro (publicado pela primeira vez em 1955 e reeditado em 1989), onde o autor afirma que *a imigração de origem européia constitui o principal lastro da formação social e cultural do Estado, tornando o Paraná “diferente”*. (BORDIEU, 2002). Autores como Bourdieu consideram esta obra de Wilson Martins como o ápice desta trajetória de invenção de uma identidade não portuguesa, como também de consagração dos grupos que o produziram.

Nas comemorações do Centenário da Emancipação do Paraná, celebradas em Curitiba, em 1953 o poder público se apropriou desse acontecimento para ressignificá-lo: forjar uma identidade paranaense, baseada em preceitos de modernidade, construindo marcos que garantissem a assimilação pela população de elos entre a memória e a identidade que se pretendia para o Estado do Paraná. O então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que governou o Paraná de 1950 a 1955, afirmou em discurso: “*Podeis ter a certeza de que aqui se está construindo alguma coisa diferente no Brasil.*”²⁴

Os intelectuais paranistas produziram uma literatura que, crescentemente, e não por acaso, “esquecem” a contribuição africana, o que persiste mesmo em obras produzidas já em meados do século XX²⁵ e seus efeitos, foram a tal ponto naturalizados no imaginário paranaense que podem ser notados ainda hoje em muitas formulações oficiais ou individuais.

As idéias paranistas não encerram com o final da publicação da Ilustração Paranaense. Na segunda metade do século XX, observa-se a persistência das noções de especificidade paranaense e particularidade racial. A manutenção do

²³Sobre o Paranismo e questões sobre a construção da identidade paranaense, ver: PERERIA, Luís Fernando Lopes. Paranismo: O Paraná Inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998; e sua tese de doutoramento: O Espetáculo dos maquinismos modernos – Curitiba na virada do século XIX ao XX. Tese de doutorado. História Social. USP: São Paulo, Or.: Raquel Glezer, 2002. Sobre os aspectos literários, consultar BEGA, Maria Tarcisa Silva. Sonho e Invenção do Paraná. Geração simbolista e a construção da identidade regional. São Paulo: Tese, Sociologia, USP, 2001; e MAIA, Paulo C. Castelos de Vento: miragens literárias em Dario Vellozo e Emiliano Perenta. Curitiba: Dissertação, UFPR, Letras, 2006.

²⁴ Bento Munhoz, apud Kunhavalik, 2004

²⁵ COLATUSSO, 2004.

poder de persuasão simbólica das idéias paranistas, e a permanência das condições que as engendraram é tal, que sua influência aparece na virada do século XXI, nos monumentos e prédios oficiais baseadas nas idéias e formas paranistas.

As questões postas por autores como Wilson Martins e Ruy Wachowicz tem dado legitimidade aos discursos contemporâneos sobre a configuração racial de Curitiba e do Paraná. Uma demonstração disto, são as obras implementadas na década de 90, quando a cidade de Curitiba teve seu número de parques e bosques públicos crescer de 15 para 22, e o mais significativo disto é que destes espaços públicos inaugurados pela prefeitura, três parques foram dedicados a comunidades étnicas de imigrantes. São eles: Bosque Alemão, Bosque de Portugal e Parque Tingui, destinados respectivamente às comunidades imigrantes alemãs, portuguesas e ucranianas²⁶.

O Instituto de Pesquisa da Afrodescendência (IPAD)²⁷, com sede em Curitiba, observou, com muita propriedade, que em meio àquela ação coordenada de homenagens aos grupos de imigrantes, nenhum parque ou simples praça havia sido destinado á presença negra na cidade ou no estado.

Mais uma vez e na contemporaneidade observa-se a reafirmação das representações positivas da população imigrante - descrita como “morigerada e laboriosa”, ou seja, de bons costumes e trabalhadora, e a sua importância para a formação do povo paranaense, procurando obliterar a presença da população escrava e afro-descendente . Esta é a conclusão lógica a que se chega quando observa-se dentro do roteiro histórico e turístico da capital do Paraná, a visibilidade que é dada aos monumentos/memoriais erigidos aos imigrantes e aos afro-descendentes. Por exemplo: *“nas Arcadas do Pelourinho, umas coberturas feitas em estrutura tubular e vidro, que acompanha o projeto arquitetônico da cidade, embaixo das quais encontra-se um comércio de flores e plantas ornamentais. As arcadas, estão localizadas no centro da cidade, masi precisamente na Praça Generoso Marques, atrás do Museu Paranaense. De frente para o prédio há uma estátua em bronze de aproximadamente 1,5 m de uma negra, Maria Lata D’água, que*

²⁶OLIVEIRA, 1996

²⁷Trata-se de uma organização civil destinada a promover a cultura africana e afrodescendente no Brasil. Ver <http://www.ipadbrasil.com.br>.

*poderíamos supor, seria um dos tributos aos negros. No entanto, a placa no pedestal da estátua explica tratar-se de uma homenagem a um escultor”.*²⁸

O escultor homenageado é Erbo Stenzel (1911/1980) e o monumento foi inaugurado em maio de 1996 pelo então prefeito Rafael Greca. Outro exemplo disso é um bloco de granito localizado na Praça Santos Andrade, no centro da cidade, na qual há uma placa em bronze com uma dedicatória a colônia afro-brasileira, que foi erigida pela Câmara de Vereadores de Curitiba. Porém, a obra que lembraria a população negra passa despercebida em meio a paisagem, porque este monumento está em um canto da Praça Santos Andrade, de frente para o Teatro Guaíra e a inscrição é de difícil leitura.

Também foi criada a Praça Zumbi dos Palmares, mas como apontam os grupos de valorização da cultura afro-brasileira, a localização da praça, no bairro Pinheirinho, na periferia da cidade, não faz parte de qualquer circuito ou roteiro cultural ou comemorativo. Esses monumentos, assim como o grupo racial que representam, são invisíveis.

Quando se passa a analisar a função das praças e parques na formação da memória e do imaginário de uma população, percebe-se claramente que o ideário do paranismo ainda é muito presente no Estado do Paraná, e por conseguinte ainda exerce sua influência.

Considerações finais

Diante de todo processo de construção de uma identidade cultural que procurou consolidar nos paranaenses a auto-imagem de um povo singular, diferente da composição étnica do restante do país, onde todo um aparato político-ideológico que procurou corroborar para a representação de um Estado Europeu, sem a presença de negros na sua história, não é de se estranhar que a aplicação da Lei

²⁸ MORAES, P. R. B. de & SOUZA, M. G. (1999)..

10.639/2003 encontre resistências por parte dos educadores que cresceram, estudaram, tiveram sua formação acadêmica dentro deste imaginário.

Entretanto, se como afirma BACZKO , *é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo*, e como demonstra Hobsbaun, as tradições podem ser inventadas, também o preconceito instituído através da imaginário e das tradições pode ser desconstruído, e um novo imaginário, com novos valores tradicionais pode ser construído. Porém desconstruir uma representação social para construir outra não é um simples ato de vontade. A busca de novos referenciais para o ensino de História, principalmente de História do Paraná se faz urgente e necessária.

Para que os professores das mais diversas áreas, especialmente da área das Ciências Humanas, não argumentem que tudo o que se precisa trabalhar em sala de aula sobre a História e Cultura da África e Afro-brasileira já é trabalhado, porque, especialmente no Estado do Paraná e, conseqüentemente no Município de Irati não houve escravidão, nem influência do elemento afro-descendente na nossa cultura, teremos que buscar dados na historiografia que venham formar uma nova visão sobre o Paraná. Os dados mostrados depois do censo de 1988, com o recorte étnico – racial na metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelaram um Paraná que é o Estado mais negro da região Sul do país.

Continuaremos a ser um Estado multiétnico, com um grande contingente populacional de origem européia, como sempre se soube, porém, finalmente resgatando na nossa tradição e para o nosso imaginário o elemento negro, sua história, sua presença marcante na formação cultural, econômica e social do nosso Estado.

A aplicação da Lei 10.639/2003 pede que se trabalhe conteúdos e se discuta valores, perspectivas, estereótipos e preconceitos. No caso do Estado do Paraná, mais especificamente no Município de Irati e na modalidade de educação para jovens e adultos, como é o caso dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) , para se quebrar as resistências à aplicação da Lei, um dos caminhos é rever a própria história.

É trazer à baila, para os conteúdos trabalhados em sala de aula, o Paraná negro, que aparece e se comprova com os quilombos do Paraná, as Comunidades Tradicionais Negras Rurais que são quase uma centena no estado todo.

O aparecimento de quase uma centena de comunidades negras rurais indica outros caminhos, porque sugere outras bases para a construção deste Estado. Por um lado, a inegável participação do negro na economia paranaense desde os primeiros tempos, exigindo, portanto, uma complementação ou correção da famosa imagem criada para representar o “Semeador do Paraná”. Há, sem dúvida, outros elementos étnicos compondo este grupo, para além dos descendentes de europeus, tais como índios e negros.²⁹

A educação patrimonial pode também ser um caminho para mudar o imaginário social paranaense e reescrever a nova historiografia, pois, como afirma Horta, “ *o conhecimento dos elementos que compõem essa riqueza e diversidade, originários de diferentes grupos étnicos e culturais que formam a cultura nacional, contribui igualmente para o respeito à diversidade (...) valorização e respeito das diferenças*”³⁰

Para finalizar, como educadores temos todos que colocar ênfase em uma educação de qualidade e que de fato revele uma história do Brasil e do Paraná em que o negro, quer na África do passado, quer na África contemporânea, quer na América do passado e do presente seja representado com uma imagem positiva.

²⁹JÚNIOR. Jackson Gomes, SILVA, Geraldo Luiz da e COSTA, 2008.

³⁰HORTA, 2003:2

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. “*Imaginação Social*” . In. *Enciclopédia Einaudi*, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/- Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BACZKO, Bronislaw. *Lês imaginaires sociaux. Mémoire et espoirs collectifs*. Paris, Payot, 1984.

BEGA, M. T, S. *Sonho e invenção do Paraná. A geração simbolista e a construção de identidade regional*. São Paulo, 433 f. (Doutorado em Sociologia), FFCL, Universidade de São Paulo. 2002.

BOURDIEU, P. *A produção da crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zou,. 2002.

CARVALHO, J. M. de . *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1989

COLATUSO, Denise Eurich. Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso- brasileira (Curitiba, 1869 a 1889). Curitiba, 2004. Dissertação de mestrado. Depto. de História, UFPR.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL. *O Paranismo e o Processo de Produção Historiográfica Paranaense* 12(2): 151-190, Inverno, 2007.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWN, E. e Ranger, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://www.tvbrasil.com.br/SALTO/boletins2003/ep/text1.htm>. Acesso em: 08 nov. 2008

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. “*Gênese das Ciências Sociais no Paraná*”. In Oliveira, M. de. *As Ciências Sociais no Paraná*. Curitiba: Contexto, 2006. Disponível na Internet via WWW.URL: <http://nuevomundo.revues.org/index5287.html>. Última atualização: 18/05/2007. Acessado em 15/10/2008.

KESSEL, Zilda. *Memória e Memória Coletiva*, p. 3.
www.memoriaeducacao.hpg.ig.com.br. Acesso em: 29/10/2008

MARTINS, W. *Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2ª ed.1989.

MARTINS, Wilson, *Um Brasil Diferente*. 2ª Ed. São Paulo: T.A Queiróz, 1989.

MORAES, P. R. B. de & Souza, M. G. (1999). “Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: nº 13, Nov.

MORAES, P. R. B. de & Souza, M. G. (1999). “Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: nº 13, Nov.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

NADALIN, S. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED. 2001.

OLIVEIRA, M. de. (2005). O “Brasil diferente” de Wilson Martins. *Caderno CRH*. Salvador, v. 18, nº 44, ,

OLIVEIRA, Márcio de, « Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2007, [En línea], Puesto en línea el 18 mai 2007. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index5287.html>. Consultado em 10 novembro de 2008.

PARANÁ NEGRO. JÚNIOR. Jackson Gomes, SILVA, Geraldo Luiz da e COSTA, Paulo Afonso Bracarense(orgs.).Funpar. Curitiba, PR. 2008.

PEREIRA, L. F. L. (1996). *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba, 216 f. (Mestrado em História). SCHLA, Universidade Federal do Paraná.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes, *Paranismo: O Paraná Inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998,

QUINTANEIRO, Tania et al. Um toque de clássicos. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
Site Oficial do Governo do Estado do Paraná. www3.pr.gov.br/e-parana/pg_etnias.php - 17k . Acesso em: 20/08/2008.

TRINDADE, A. S.R. (Org). *Multiculturalismo:as mil e uma faces da escola*. Rio de janeiro: DP&A, 1999.

TRINDADE, L.S & LAPLANTINE, F. *O que é imaginário?* São Paulo: Brasiliense, 1997. Coleção primeiros passos; n. 309.